

## Getúlio e Jango: entre a história, a memória e a patrimonialização

RODRIGO LUIS DOS SANTOS\*

### Resumo:

O objetivo deste artigo é, a partir de uma discussão teórica em torno nos temas da memória, história e patrimônio, analisar como as trajetórias sociais e políticas dos ex-presidentes brasileiros Getúlio Vargas e João Goulart são percebidas, rememoradas e apropriadas na cidade em que nasceram, o município de São Borja, no Rio Grande do Sul. A partir desta intenção, pretendemos compreender os modos de patrimonialização destes personagens e a perpetuação de suas histórias como um fator de identidade social, assim como as disputas, discursos, graus de valorização e usos políticos que estão imbricadas nesta abordagem.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Memória; Getúlio Vargas; João Goulart.

### Getúlio and Jango: between history, memory and patrimonialization

### Abstract:

The objective of this article is, from a theoretical discussion around the themes of memory, history and heritage, to analyze how the social and political trajectories of former Brazilian presidents Getúlio Vargas and João Goulart are perceived, remembered and appropriated in the city. where they were born, the municipality of São Borja, in Rio Grande do Sul. From this intention, we intend to understand the ways of patrimonialization of these characters and the perpetuation of their stories as a factor of social identity, as well as the disputes, speeches, degrees of valorization and political uses that are imbricated in this approach.

**Key words:** Heritage; Memory; Getúlio Vargas; João Goulart.



\* **RODRIGO LUIS DOS SANTOS** é Doutor em História (2021) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

## Breves considerações preliminares

*Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação,  
para que eu não continue a defender,  
como sempre defendi,  
o povo e principalmente os humildes.  
Getúlio Vargas, 1954.*

*Democracia para esses democratas não é o regime  
da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem  
é uma democracia de povo emudecido, amordaçado  
nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações.  
João Goulart, 1964.*

Inicialmente, cabe dizer que o objetivo principal deste trabalho não é realizar uma reconstituição das trajetórias de Getúlio Vargas e João Goulart através de uma perspectiva histórica. Sobre este tema, alguns trabalhos de peso já foram realizados, podendo citar as obras do historiador Jorge Ferreira sobre Jango (2011) e do jornalista Lira Neto sobre Vargas (2012; 2013; 2014). Doravante, nosso intuito aqui é tecer algumas reflexões acerca de como a trajetória e importância destes dois agentes históricos são utilizadas na terra natal de ambos: a cidade gaúcha de São Borja.

Mais precisamente, queremos trazer uma análise – mesmo que ainda inicial – sobre como ocorrem os usos da memória acerca destes ex-presidentes brasileiros, tanto por meio das lideranças político-partidárias, assim como pela população são-borjense. Para isso, lançaremos algumas considerações no âmbito da construção patrimonial, contemplando os espaços históricos constituídos para salvaguardar e perpetuar a vida e obra de Getúlio e Jango.

Como forma de organização didática deste texto, ele será dividido em duas partes: na primeira, abordando alguns elementos mais conceituais e teóricos acerca de patrimônio,

memória e história e, na segunda parte, trazendo uma análise mais empírica sobre como Getúlio e Vargas são utilizados a partir destes elementos dentro de uma perspectiva social e comunitária são-borjense.

### Refletindo sobre alguns conceitos e referenciais

Faremos aqui uma breve abordagem etimológica, ou seja, da origem de três palavras, que são elementos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho: história, memória e patrimônio. História é uma palavra com origem no antigo termo grego "*historie*", que significa algo como "*conhecimento através da investigação*" em uma perspectiva mais moderna sobre o termo (JOSEPH, JANDA, 2008, p. 163). Por sua vez, memória advém da expressão latina "*memoria*", que por sua vez é originada do grego "*memor*", que pode ser traduzido como "*aquele que se lembra*". Também deriva do grego "*mnemis*", significando "*lembrar*", pois referia-se à deusa Mnemosyne<sup>1</sup>, que personificava a memória e era, também, mãe das nove Musas que protegiam as artes e a história (CHAUI, 2005, p. 138). Das nove Musas derivaram outras expressões, entre elas museu, que vem de "*mouseion*"

<sup>1</sup> Na mitologia grega, *Mnemosyne* é a deusa grega da memória. É uma das titânides – segunda geração dos deuses –, filha de Gaia (a Terra) e Urano (o Céu). Os mortos que bebessem da água do seu poço relembavam suas vidas. É a deusa que opera as engrenagens do esquecimento e da lembrança.

e que é traduzido como “*lugar das musas*”. Por fim, temos a palavra patrimônio, que vem do latim “*patrimonium*”, visto como “*herança paterna*” (FERREIRA, 1986, p. 1282).

Qual o sentido de trazermos estas informações? Compreendendo essas origens e o que expressam, isso pode nos ajudar a compreender melhor como estes elementos podem ser instrumentalizados. Em suma, a história é a capacidade de produzir conhecimentos a partir da investigação. Essas investigações, em boa medida, se utilizam de diferentes fontes, entre elas a da memória, que é a capacidade de lembrar de algo. E, além disso, tanto os elementos da história e da memória podem, conforme os diversos interesses, ser patrimonializados, servindo como uma marca, uma herança a ser transmitida para o futuro, mas com recortes do passado feitos no tempo presente. A partir desta dimensão, passemos para uma abordagem mais aprofundada.

Conforme palavras do historiador francês Jacques Le Goff (1988), a memória pode ser um importante instrumento de manipulação, definindo aquilo que ora deve ser lembrado, ora esquecido. Esse fator contribui, de forma bastante intensa, criar, desfazer, reforçar e até mesmo eliminar aquilo que conhecemos como identidade social, ou seja, o sentimento de identificação que perpassa determinado grupo humano. Embasados por essa conceituação trazida por Le Goff, podemos dizer que a memória se trata de um processo de captura, recuperação e salvaguarda de informações que foram afixadas no campo cognitivo dos indivíduos. Assim, a memória, em perspectiva social, seria a coletivização destes recortes.

Mas cabe destacar que, de forma prática, os usos da memória estão concatenados e alinhados com a disposição de quem exerce algum tipo de poder – seja político,

financeiro, cultural ou simbólico, a partir da percepção sociológica de Pierre Bourdieu. Conforme o sociólogo francês, existem elementos que podem ser instintivos para instrumentalização da sociedade, sendo utilizados

para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1998, p. 10).

Deste modo, é importante ressaltar que, dentro deste conjunto de instrumentos, a memória pode assumir um papel preponderante e de expressiva relevância. Especialmente quando se busca, através destes dispositivos, dimensionar aquilo que conhecemos como *memória social*. Considerado como pioneiro na abordagem deste campo de estudo, Maurice Halbwachs (2013) considerava que memória social era “a real essência do conhecimento coletivo”, vivido e compartilhado culturalmente entre os diversos indivíduos. Consequentemente, o conhecimento coletivo também reflete e interfere nas relações identitárias de um grupo social. Essa relação umbilical entre memória e identidade é dimensionada por Le Goff (1984, p. 46), ao asseverar que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.

Para este artigo, é importante ressaltar que a concepção acerca dos usos conceituais da memória dos ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart se alinham, especialmente, com a perspectiva da memória histórica e dos lugares de memória, discutido amplamente por Pierre Nora.

Encerrando – por enquanto – as considerações sobre memória e seus usos, é importante lembrar que há a necessidade de elementos que sirvam como instrumentos de legitimação, especialmente quando eles colaboram para marcação da identidade de determinado grupo, seja para aquilo que o une, identifica, seja para aquilo que o diferencia de outros, que os afasta. E uma das formas de obter a validação destas memórias e identidades se dá através do patrimônio cultural.

Sinteticamente, a noção de patrimônio cultural, tanto no panorama brasileiro<sup>2</sup> quanto em nível internacional, através da diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>3</sup>, pode ser conceituada como um conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, que, pelo seu valor e representatividade, podem ser elencados como de interesse e de relevância para um grupo social, um grupo étnico, uma cidade, um país ou a própria humanidade. O patrimônio cultural pode ser classificado de múltiplas maneiras, como por exemplo, o patrimônio arquitetônico o ambiental ou natural, o patrimônio arqueológico, o artístico, o religioso, o gastronômico, entre outras possibilidades.

Historicamente, considera-se que a percepção da importância e a própria constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais teve início com o surgimento e consolidação dos Estados modernos, conforme perspectivas trazidas ao debate por José Reginaldo Santos Gonçalves (1996), Pedro Paulo Funari e Sandra Cássia Araújo Pelegrini (2006; 2008) e Carlos Alberto Cerqueira Lemos (2010), assim como as perspectivas de

Françoise Choay (2001) e Dominique Poulot (1997). Naquele momento, os monumentos do passado se tornaram importantes símbolos do que se desejava preservar, assim como das memórias que se desejavam visibilizar e daquelas que deveriam ser esquecidas. Como exemplo podemos citar o caso da França, cujas primeiras medidas de proteção ao patrimônio pelo Estado apareceram no fim do século XVIII, já sob os auspícios da conhecida Revolução Francesa.

É fundamental ressaltar que o processo de patrimonialização é marcado por um jogo de interesses e conflitos, onde diferentes atores estão envolvidos dentro do campo social. A dimensão cultural do patrimônio traz, de forma inerente, justamente a presença de uma dinâmica conflituosa. Existem diferentes escalas de interesses, de subjetividades, de representações, de discursos, ideologias e, não menos importante, de disputas de poder. Nas palavras de Pierre Nora (1997, p. 392), o patrimônio é reflexo muito mais de algo que é reivindicado do que de uma simples herança, se tornando muito mais o resultado de relações conflitantes do que de construções comunitárias. Destaca-se, ainda, que sempre se faz presente o aspecto eletivo do patrimônio, ou seja, a escolha dos elementos que representarão um determinado grupo ou uma sociedade, mais amplamente.

Em relação aos usos do patrimônio como forma de plasmar uma memória e percepção – construída – sobre o passado, utilizaremos um argumento trazido por Daniel Sibony (1998), que nos informa que o patrimônio também traz em seu bojo as marcas de "algo que se realizou naquele objeto ou construção", deste modo, é um

<sup>2</sup> Conforme o artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.

<sup>3</sup> Conforme a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, adotada a partir de resoluções da

Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, ocorrida na cidade de Paris, na França, entre 17 de Outubro e 21 de Novembro de 1972.

testemunho das marcas do tempo e de determinadas vivências – individuais ou coletivas. Em outras palavras, a preservação patrimonial de determinado bem cultural, seja ele material ou imaterial, encontra por si só justificativa na historicidade que ele possui. Mas aí também reside um ponto que necessita de reflexão: de que forma ocorre a definição da importância deste bem, se não através de seleções e ações ocorridas em momentos posteriores, em um determinado tempo presente?

O próprio Sibony lança pistas para possíveis respostas, ao argumentar que, por outro lado, o patrimônio não traz apenas uma forte carga de passado, mas também traz apelos ao presente e ao futuro. Conforme ele, ao trazer o exemplo de um túmulo, aquele local traz lembranças e memórias do passado, daquela pessoa que ali jaz e de sua vida. Mas aquela sepultura pode, também, servir como reflexão para aqueles que a visitam, como um chamado para a vida, deste modo, sendo capaz "apreender o passado para fazer dele uma passagem do tempo vivido" (SIBONY, 1998, p. 30).

Com isso, reforçamos a ideia de que, ao lidarmos com a memória e o patrimônio acerca de um grupo social, como é o caso da cidade de São Borja, não estamos meramente trabalhando com elementos dados e estanques, imutáveis. Mas com percepções e recortes que também estão *sob o sopro dos ventos*: os ventos daqueles que, de uma forma ou outra, detém algum tipo de influência e poder. Neste sentido, se faz importante a tese acentuada por Dominique Poulot (1997, p. 36), quando destaca que "a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais".

Ainda nesta perspectiva, alinhando a memória e o patrimônio com a noção de construção identitária em perspectiva social, Manuel Castells (2000, p. 22-23) afirma que identidade é "a fonte de significado e experiência de um povo. [...] Toda e qualquer identidade construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem e para que isso acontece". Por sua vez, mas em consonância de pensamento, Donizete Rodrigues (2012, p. 03) evoca que "a construção da identidade, seja individual ou social, não é estável e unificada – é mutável, (re)inventada, transitória e, às vezes, provisória, subjetiva; a identidade é (re)negociada e vai-se transformando, (re)construindo-se ao longo do tempo".

Sobre a construção de imaginários acerca de indivíduos e sua inserção em uma dimensão mais coletiva, cabe referenciar as contribuições trazidas por Regina Abreu, especialmente em seu trabalho *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil* (1996). Neste livro, a antropóloga aprofundou a análise sobre a construção do imaginário e do sentido de identidade nacional, a partir da perspectiva da cultura material – objetos - deixada por personagens sociais de renome, como no caso, do senador Miguel Calmon du Pin e, mais que isso, a interferência, interesses e estratégias de terceiros na (re)configuração da memória acerca deste indivíduo.

Em suma, é importante destacar que, ainda dentro de uma abordagem memorialística e museológica sobre figuras ilustres, mesmo diante de avanços e novas concepções teóricas, é comum encontrarmos a ideia de que os "objetos representam o homem e sua trajetória, sua vida, seus feitos". Mas é salutar compreendermos que a elaboração dos espaços de memória, a expografia e os discursos ali presentes são, indubitavelmente, esforços para a imposição de um enredo, uma visão sobre

quem é personificado através daqueles objetos e do ambiente social no qual estava inserido. Esforços estes que não se aplicam apenas ao controle sobre uma forma de interpretação do passado, mas também de conformação dos olhares no presente e no futuro. E, quando falamos de figuras proeminentes como Getúlio Vargas e João Goulart – tanto em uma dimensão mais ampla, de envergadura nacional, como ex-presidentes do Brasil, seja na relação mais voltada ao cotidiano cidadão de São Borja –, retomamos a advertência dada por Regina Abreu (1996), ao enfatizar que estas figuras imortalizadas mudam ao longo do tempo, mas sempre continuam a ser “fabricadas” e “desfabricadas”, diante de estratégias de consagração ou de cunho desabonatório, em um jogo de espetáculos que envolvem esferas estatais, familiares e de enredos comunitários e/ou coletivos.

As ideias defendidas por estes autores coadunam para a tese que conduz esse trabalho: que as memórias acerca de Getúlio e Jango são instrumentalizadas, em São Borja, conforme as mudanças e

direcionamentos daqueles que detêm o poder local, especialmente o político-administrativo. Mas que também são passíveis da interpretação e pensamento construído e reconstruído socialmente ao longo do tempo sobre a trajetória destes dois agentes históricos. Traremos algumas considerações que subsidiam essa interpretação na sequência.

### **São Borja, a “Terra dos Presidentes”: usos da memória e do patrimônio**

Conhecida pela alcunha de “Primeiro dos Sete Povos das Missões”, a redução jesuítica de São Francisco de Borja foi fundada em 1682, pelo padre espanhol Francisco Garcia, S.J., marcando a refundação das Missões Jesuíticas na área que corresponde ao atual território do Rio Grande do Sul, na época ainda sob domínio da Espanha. Está localizada na Fronteira Oeste sul-rio-grandense, em uma região também conhecida como Região das Missões, sendo banhada pelo rio Uruguai e fazendo fronteira com a cidade argentina de Santo Tomé, localizada na província de Corrientes.

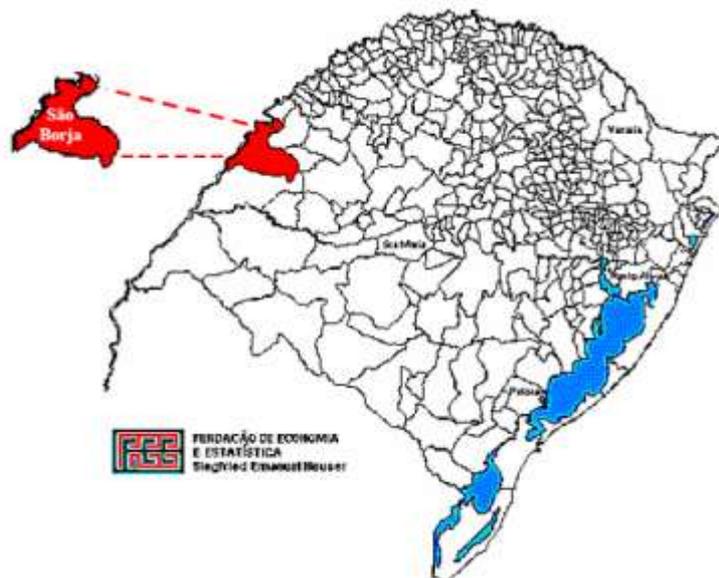


Imagem 1 – Localização da cidade de São Borja

Fonte: Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser – FEE/RS. Adaptação de Pinto e Nogueira (2007).

Em 1809, quando foram, oficialmente, criados os primeiros quatro municípios da Capitania do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo, São Borja foi incorporada ao território e jurisdição deste último. E emancipação e elevação à categoria de vila ocorreu em 21 de maio de 1834, com a instalação da primeira Câmara de Vereadores. Ao longo do século XIX, algumas famílias começaram a ganhar destaque no cenário sociopolítico e econômico local, como os Vargas, Dornelles, Sarmanho, Mariense da Silva, entre outras.

Por ser a terra de origem de dois presidentes brasileiros, recebeu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul o título de “Terra dos Presidentes”, reconhecido através da Lei Estadual nº. 13.041, de 25 de setembro de 2008, em decreto assinado pela então governadora Yeda Rorato Crusius.<sup>4</sup> Mais recentemente, no ano de 2018, São Borja recebeu também o título de “Capital Gaúcha do Fandango”, através de decreto assinado em 2 de janeiro daquele ano, pelo governador José Ivo Sartori.<sup>5</sup>

Retomando a ideia central deste texto, abordemos a utilização do título de “Terra dos Presidentes”. No site da Prefeitura Municipal de São Borja, na aba que trata da história do município, as figuras de Getúlio Vargas e João Goulart são mencionadas da seguinte forma:

O São-borjense Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 19 de abril de 1882. Figura ao mesmo tempo amada e odiada, Vargas foi o homem que por mais tempo presidiu o Brasil, de 1930 a 1945 e depois de 1951 a 1954. Getúlio foi responsável pela criação da CLT (Consolidação de Leis Trabalhistas) e por estruturar o país fundando a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Vale do Rio Doce (1942), a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945) e Petrobrás (1953).

Em São Borja, também nasceu o presidente João Goulart, que presidiu o Brasil de 1961 a 1964, deposto pelo Regime Militar. João Goulart é conhecido como o presidente que queria fazer as chamadas reformas de base<sup>6</sup>, sendo o único presidente morto em exílio, sem retornar para sua terra natal.<sup>7</sup>

A leitura um pouco mais atenta do trecho pode oportunizar – embora não seja a única – a seguinte interpretação: no que tange a figura de Getúlio Vargas, embora seja comentado que se trata de alguém ao mesmo tempo amado e odiado, o texto enfoca no tempo pelo qual Vargas presidiu o Brasil, destacando que foi o homem que mais tempo permaneceu no poder, mas exalta, sobretudo, suas realizações. Por outro lado, quando ocorre a abordagem de João Goulart, o enfoque está no fato de ter sido deposto e de seu falecimento no exílio, sem regressar a São Borja.<sup>8</sup>

<sup>4</sup> Cópia do referido decreto está disponível no link: <http://web.archive.org/web/20121116093237/http://www.al.rs.gov.br/Legis/Arquivos/13.041.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

<sup>5</sup> Isso se deve ao fato de, durante a chamada Semana Farroupilha, que ocorre anualmente de 13 à 20 de setembro, a cidade concentrar o maior número de bailes em todo o Rio Grande do Sul. Existem em São Borja quatro entidades filiadas ao Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), além de inúmeros Piquetes, que organizam e sediam essas atividades. O título foi concedido através da Lei Estadual nº. 15.093, sendo a proposta aprovada em 5 dezembro

de 2017 pela Assembleia Legislativa do Estado, a partir de proposta do deputado Lucas Redecker.

<sup>6</sup> Importante ressaltar que, vinte e cinco anos depois, parte das propostas presentes nas chamadas Reformas de Base foram incorporadas à Carta Constitucional de 1988, conhecida também como *Constituição Cidadã*.

<sup>7</sup> Prefeitura Municipal de São Borja. Disponível em: <https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/historia>. Acesso em: 16 out. 2022.

<sup>8</sup> João Goulart morreu em Mercedes, Argentina, no dia 6 de dezembro de 1976, aos 57 anos de idade. Segundo dados, mesmo com as restrições impostas

Ao verificarmos a data em que o referido texto, com uma abordagem histórica sobre São Borja foi elaborado, consta que houve uma atualização em 29 de abril de 2021, sendo sua primeira versão datada de 6 de julho de 2017. No contexto político, desde janeiro de 2017 o município de São Borja é administrado pelo Progressistas (PP), agremiação partidária com alinhamento à direita/centro-direita. Historicamente, o PP tem sua origem como desdobramento da retomada do pluripartidarismo no Brasil, a partir de 1979, como herdeiro do partido de sustentação da Ditadura Militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), além das fusões que ocorrem desde 1979 com outros partidos. Essa abordagem é importante, pois ajuda a explicar, em boa medida, as razões que justificam uma abordagem, no mínimo mais tímida, da figura de João Goulart, visto como alguém de esquerda – ou até mesmo comunista, alcunha que até hoje ainda é atribuída ao mesmo.

Já sobre Getúlio Vargas, embora tenha tomado, ao longo de sua trajetória política medidas que podem ser enquadradas como de esquerda – implantação das leis trabalhistas, por exemplo – e ter sido filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na época com um espectro ideológico mais à esquerda<sup>9</sup>, ou seja, representando a vertente do Trabalhismo<sup>10</sup>, o ex-presidente tinha um perfil mais conservador. Além disso, toda a construção memorialística em torno de sua trajetória, especialmente suas realizações e o dramático episódio de seu suicídio,

---

pela Ditadura Militar, que na época tinha como presidente o general Ernesto Geisel, também gaúcho, a morte de Jango repercutiu fortemente na imprensa brasileira, assim como na Uruguia. Seu enterro, em São Borja, foi acompanhado por mais de 30 mil pessoas, sendo sepultado no Cemitério Jardim da Paz.

<sup>9</sup> Atualmente, o PTB está alinhado com o neoconservadorismo e o populismo de direita, inclusive adotando um discurso e prática de extrema-direita em vários momentos.

<sup>10</sup> Em linhas gerais, o Trabalhismo tem sua origem na Inglaterra, sendo uma vertente política imbricada

potencializaram a construção de uma *aura mítica* em torno de si. Em suma, toda essa carga histórica, alinhada com narrativas memorialísticas e ideológicas, favorece a *heroicização* de Getúlio, em detrimento ao que ocorre, ainda, com Jango, cuja imagem é perpassada pela pecha do comunismo e com *certas restrições* sobre sua trajetória de vida.

Até aqui fizemos uma análise, mesmo que sucinta, sobre aspectos político-partidários que encontramos no cerne de São Borja, nos auxiliando na compreensão sobre os usos da memória em torno e sobre Getúlio e Jango. Na sequência, iremos abordar a presença dos ex-presidentes através do patrimônio, isto é, como estes são abordados através de espaços históricos e de memória vinculados com os mesmos. Sendo assim, iniciaremos esta análise refletindo, conceitualmente, sobre do que se tratam estes referidos *lugares de memória*, nos apropriando aqui das definições aludidas por Pierre Nora.

Para este historiador francês, a gama daquilo que pode ser considerado um lugar de memória é vasta não ficando restrito apenas aos espaços físicos e materializados. Eles abarcam, também, elementos mais abstratos e construídos intelectualmente. Deste modo, podem ser elencados neste rol um arquivo, uma festa, uma comemoração, um personagem, um museu, um monumento, entre outros. Contudo, é preciso salientar que a constituição destes lugares de memória só

com a defesa de questões relacionadas aos interesses do movimento operário. No Brasil, especialmente a partir de 1945, o Trabalhismo teve como principal ideólogo o político gaúcho Alberto Pasqualini, filiado ao PTB. Entre 1945 e 1965, o PTB foi o principal representante do Trabalhismo no país, além de ser a mais expressiva agremiação de esquerda moderada. Atualmente, o partido mais alinhado com uma perspectiva trabalhista é o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado em 1982 por Leonel Brizola, após uma disputa em torno da refundação do PTB, na qual Brizola acabou sendo derrotado.

ocorre quando se busca “escapar do esquecimento e uma comunidade o reinveste com seus afetos e suas emoções” (NORA, 1993, p. 7), introduzindo-os na esfera da história coletiva. Didaticamente, podemos sintetizar esta perspectiva trazendo uma citação do próprio Nora, que assevera o seguinte:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre [...]. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (1993, p. 21-22).

Adentrando em uma análise sobre os lugares de memória que contemplam Getúlio e Jango em São Borja, faremos uma apreciação de dois espaços responsáveis por salvaguardas e história de ambos: seus respectivos museus. No caso de Vargas, se trata do *Museu Casa de Getúlio Vargas*. E no de Jango, do *Memorial Casa de João Goulart*.

O espaço que hoje abriga o Museu Casa de Getúlio Vargas foi construído em 1911, servindo de residência para Vargas e sua esposa Darcy Lima Sarmanho. O casal morou naquele local até 1923, quando Vargas assumiu o mandato de deputado federal no Rio de Janeiro, então capital federal, pelas fileiras do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Ali também nasceram os cinco filhos de Getúlio e Darcy: Lutero, Jandira, Alzira, Manuel e Getúlio Filho. O imóvel foi repassado ao governo municipal de São Borja em 1982, ano do centenário do nascimento de Vargas, quando o espaço residencial foi transformado em museu, visando salvaguardar sua memória e a trajetória política daquele que é considerado “o filho mais ilustre de São Borja”.<sup>11</sup> Em seu acervo, podemos encontrar documentos, fotografias, mobiliário, objetos pessoais, livros, roupas, além da máscara mortuária do ex-presidente e de detalhe da lápide de sua antiga sepultura, localizada no Cemitério Jardim da Paz.<sup>12</sup>

Em 2013, teve início o processo de restauro do prédio, onde além de serem realizadas obras de recuperação da estrutura e a instalação de equipamentos, também foi elaborada uma nova expografia, sendo a curadoria exercida pelos historiadores e professores Diorge Alceno Konrad e Gláucia Vieira Ramos Konrad, docentes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O espaço revitalizado foi reinaugurado em julho de 2015. Ao analisarmos o conteúdo histórico presente na exposição, percebemos que existe a intenção de oferecer aos visitantes um conteúdo mais crítico, fugindo dos discursos laudatórios e ufanistas – e adotando uma linguagem mais acessível

<sup>11</sup> Esta frase pode ser encontrada no busto de Getúlio Vargas localizado em frente ao Palácio João Goulart, sede da Prefeitura Municipal de São Borja. A homenagem foi inaugurada em 1955, pouco tempo após o suicídio de Vargas.

<sup>12</sup> Getúlio Vargas foi sepultado, primeiramente, no mesmo jazigo onde se encontram os restos mortais de seus pais, o general Manuel do Nascimento Vargas e Cândida Francisca Dornelles Vargas.

para um público diverso. O museu é mantido pela Prefeitura Municipal de São

Borja, com apoio de sucessores da família Vargas.



Imagem 2 – Museu Casa de Getúlio Vargas  
Fonte: Wikipedia.

O Memorial Casa de João Goulart está instalado em um imóvel construído no ano de 1927, pelos pais do ex-presidente, o casal Vicente Rodrigues Goulart, estancieiro de renome e coronel da Guarda Nacional, e Vicentina Marques Goulart. Jango viveu nessa residência em uma pequena parte de sua infância e início da adolescência. De todo modo, o imóvel permaneceu como propriedade da família

Goulart ainda por muitos anos. Em 1994, o prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE). Após um longo período em desuso, foi reformada entre 2008 e 2009 para se tornar um espaço cultural e memorialístico, que foi oficialmente inaugurado em outubro de 2009.



Imagem 3 – Memorial Casa de João Goulart  
Fonte: Wikipedia.

O espaço é de propriedade e gerido pela Prefeitura Municipal de São Borja. Além do Memorial, ali também está instalada a sede da Secretaria Municipal de Cultura –

no prédio anexo à casa, onde antigamente estava localizado o dormitório dos filhos homens do casal Goulart. Outro detalhe é que o Memorial está localizado há menos

de trezentos metros do Museu Casa de Getúlio Vargas.

Semelhante ao que ocorre com o Museu em homenagem ao ex-presidente Getúlio, no Memorial de Jango também encontramos acervos documentais, fotografias, objetos pessoais e até mesmo partes do caixão original no qual o presidente deposto foi sepultado em 1976.<sup>13</sup> Contudo, existem alguns aspectos na narrativa expográfica que se diferenciam do que encontramos no Museu Casa de Getúlio Vargas. No caso do Memorial Casa de João Goulart, as informações disponíveis são mais reduzidas, baseadas mais em transmitir informações básicas e de certas curiosidades sobre a trajetória de Jango e de sua família.

Em ambos os espaços de memória – e aqui não se trata de propor algum demérito ao trabalho realizado, mas constatando um ponto deficitário –, encontramos um corpo funcional com boa vontade e esforçada, mas carente de uma formação histórica mais robusta. Aqui já seria possível abrir espaço para um outro debate importante, mas que ficará para algum outro trabalho e reflexão, em momento oportuno. Mas essa constatação é importante, pois ao analisarmos as informações transmitidas, percebemos que elas também evocam elementos da memória presente na comunidade local de São Borja, especialmente no caso de Jango, em que a dicotomia do presidente

trabalhista/defensor do comunismo se faz presente – e isso é algo que, em via de mão dupla, também fornece subsídios para a formação de um pensamento social sobre o ex-presidente, aspecto que também é cabível ao caso de Getúlio Vargas, onde há a exaltação de seus feitos nas falas durante as visitas.

Outro exemplo que podemos citar acerca da acentuada valorização da memória de Getúlio em relação a de Jango, no aspecto patrimonial, está construído no centro da cidade de São Borja, mais precisamente na praça central, denominada XV de Novembro: o Mausoléu de Getúlio Vargas.

Como forma de rememorar o cinquentenário da morte de Vargas, foi encomendado o projeto de um mausoléu/monumento ao consagrado arquiteto Oscar Niemeyer. A inauguração ocorreu no ano de 2004, sendo erigido em um ponto central da principal praça são-borjense – local este que desde os tempos da Redução Jesuítica de São Francisco de Borja de espaço público. Todavia, o traslado dos restos mortais do jazigo da família Vargas para o novo local não ocorreu de forma totalmente pacífica. Conforme reportagem do jornal Estadão, de 24 de agosto de 2004, três dos sete netos vivos de Getúlio Vargas se opuseram a mudança, assim como parte da comunidade local. O traslado só foi possível graças a uma liminar concedida pela Justiça à Prefeitura Municipal de São Borja.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Em 2013, quando da exumação dos restos mortais de João Goulart, houve a transferência para outra urna funerária, que foi depositada no jazigo da família Goulart, localizado no Cemitério Jardim da Paz. No mesmo local foi sepultado Leonel Brizola, em 2004.

<sup>14</sup> Reportagem disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/restos-mortais-de-getulio-vao-para-mausoleu-em-sao-borja.20040824p37601>. Acesso em: 16 out. 2022.



Imagem 4 - Mausoléu de Getúlio Vargas  
Fonte: Wikipedia.

O episódio é importante para, novamente, demonstrar como os ritos de patrimonialização e de narrativas memorialísticas são conflitantes e marcadas pelas disputas de poder – e no caso citado, um embate entre governo e familiares do homenageado. Mas aqui podemos levantar uma questão: por que medida semelhante não foi tomada para homenagear, algum tempo depois, o ex-presidente João Goulart, tão são-borjense quanto Vargas?

Em 2013, quando ocorreu a exumação dos restos mortais de Jango, visando provar – ou não – a propalada teoria de que sua morte, em 1976, havia sido criminosa, poderia também ter ocorrido o traslado para algum local “especial”, quem sabe até mesmo próximo de onde repousa seu mestre. Ou em 2016, quando se completaram cinquenta anos da morte de

Jango. Por uma questão de desconhecimento, não podemos afirmar o que ocorreu nos bastidores locais são-borjenses – se a família inviabilizou algo neste sentido ou se não ocorreu, verdadeiramente, vontade política para uma homenagem de maior envergadura. Mas a reflexão é pertinente e pode suscitar um aprofundamento nas pesquisas sobre esse tema. O fato dado é que, no coração da cidade de São Borja, em um local com mais de 300 anos de história, *descansa eternamente* aquele que é visto como “o filho mais ilustre dessa terra”: Getúlio Dornelles Vargas.

Entrementes, se nas esferas da dinâmica sociopolítica de São Borja podemos levantar indagações e articular conjecturas, almejando dar alguma explicação sobre o processo anteriormente referido, também se faz pertinente e justo trazer ao texto um

importante fato social, político e histórico-memorialístico que ocorreu em nível nacional: a recepção dos restos mortais de Jango com honrarias de Chefe de Estado, no ano de 2013, em Brasília.

Durante o processo de exumação do corpo do ex-presidente, deposto em 1964, ocorreu uma Cerimônia Oficial, sendo a urna com os despojos de Jango recebida na Base Aérea de Brasília ao som do Hino Nacional e honras militares fúnebres, concedidas aos Chefes de Estado – fato este que não ocorreu em 1976, pois o direito foi negado pelos governantes da Ditadura Militar. O fato de receber honras militares foi um momento histórico e, ao mesmo tempo, de “pagamento de uma dívida” por parte das Forças Armadas, tendo em vista que o golpe de Estado que usurpou Jango do poder foi articulado no cerne das estruturas militares, com apoio de setores da sociedade civil.

Naquela cerimônia, além da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, também compareceram três ex-presidentes que comandaram o país após a Redemocratização, a partir de 1985: José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Fernando Henrique Cardoso, cujos mandatos ocorreram entre 1995 e 2003, não compareceu em decorrência de estar se recuperando de uma cirurgia, ocorrida poucos dias antes da cerimônia. Itamar Franco, que assumiu o governo, na qualidade de vice-presidente, após a renúncia e impeachment de Collor em 1992, concluindo o mandato em 1995, já havia falecido naquela ocasião.<sup>15</sup>

A cerimônia de recepção dos restos mortais de Jango com honrarias de Chefe de Estado foi amplamente noticiada pelos veículos da imprensa da época. No portal de notícias

G1, de propriedade das Organizações Globo na internet, se destacou a presença de Maria Tereza Goulart, viúva de Jango e ex-primeira dama, que ao lado da presidenta Dilma Rousseff depositou uma coroa de flores sobre a urna funerária. Também repercutiu os vários momentos em que Maria Tereza se emocionou, como no instante em que recebeu a bandeira brasileira, que havia coberto o caixão.<sup>16</sup>

Em 6 de dezembro de 2013, após os exames necroscópicos terem sido realizados pelo Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal, ocorreu em São Borja a cerimônia de renumação (novo enterro) de João Goulart, deste vez com as devidas honrarias, que lhe foram negligenciadas 37 anos antes – sem contar a intimidação empreendida pelas autoridades ditatoriais, visando minimizar a participação social no velório e enterro de Jango. Naquele dia 6 de dezembro foi decretado feriado municipal em São Borja, além da cerimônia ter contado com a participação da comunidade local e de autoridades municipais, estaduais e federais.

Outro momento importante, em nível nacional, de reparação histórica para com João Goulart ocorreu ainda em dezembro de 2013. No dia 18 daquele mês, o Congresso Nacional “devolveu” simbolicamente ao ex-presidente o mandato que lhe foi cassado pelo mesmo Congresso, em 2 de abril de 1964. Conforme informação que conta no site do Senado Federal

O mandato de João Goulart (1919-1976) na Presidência da República, cassado há 49 anos, foi devolvido simbolicamente pelo Congresso Nacional nesta quarta-feira (18), em sessão solene. Com a presença da

<sup>15</sup> Itamar Franco faleceu em 2 de julho de 2011, aos 81 anos de idade, em virtude de uma leucemia, agravada por um quadro de pneumonia.

<sup>16</sup> Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/11/resto-s-mortais-de-jango-pousam-em-brasilia-com-honras-militares.html>, acesso em 05 fev. 2023.

presidente Dilma Rousseff e de vários ministros, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Henrique Alves (PMDB-RN) pediram desculpas à família de Jango pela deposição dele no golpe de Estado que deu início ao regime militar (1964-1985) (Agência Senado, 2013).<sup>17</sup>

Deste modo, podemos perceber que, na esfera federal, especialmente em decorrência de ser o momento em que um espectro ideológico mais progressista estava no poder, certas medidas reparadoras e de reelaboração histórica e memorialística foram possíveis, “reabilitando” a memória e trajetória política de Jango, constantemente entremeada por discursos e acusações sem o devido embasamento – como o de que estaria articulando um golpe comunista no país. Neste sentido, cabe destacar as palavras do então senador pelo Rio Grande do Sul, Pedro Simon (MDB), um dos proponentes da devolução simbólica do mandato a Jango, ao lado do senador amapaense Randolfe Rodrigues (então filiado ao PSOL), na mencionada reportagem. Simon asseverou que “a devolução do mandato de Jango será lembrada como um dia histórico e inédito, para que a verdade histórica seja ensinada às gerações futuras”.<sup>18</sup>

### Reflexões finais

Aproximando-nos da conclusão deste trabalho, retomamos a importância que o patrimônio tem para a constituição da memória e identidade social de um grupo. Ele se torna um elo de vinculação, que sedimenta uma narrativa de unidade, mesmo diante da diversidade existente. É o

que nos assevera a historiadora Françoise Choay, quando nos diz que

[...] o patrimônio expressa a identidade histórica e as vivências de um povo. O Patrimônio contribui para manter e preservar a identidade de uma nação daí o conceito de identidade nacional, de um grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã, família” (CHOAY, 1992, apud Rodrigues, 2012, p. 4).

Ao compararmos as abordagens em torno de Getúlio Vargas e João Goulart, o fiel da balança parece pesar mais para o lado do primeiro, no sentido da importância histórica que é dada para estes agentes sociais. Embora existe uma certa ostentação quanto ao título de “Terra dos Presidentes”, o que também é um fato importante na construção de uma identidade social são-borjense – ao lado da alcunha de “Primeiro dos Sete Povos das Missões” e “Capital Gaúcha do Fandango”. Mas quando tecemos uma apreciação crítica sobre como ocorrem as abordagens política e comunitária sobre os ex-presidentes nascidos nesta paragem, Getúlio Vargas, ou melhor, sua memória e representatividade, leva uma vantagem para com seu discípulo.

Seria imprudente afirmar que existe uma completa relutância acerca da memória atribuída e patrimonializada do ex-presidente João Goulart. Mas é perceptível que existe uma diferenciação da intensidade da propaganda efetiva sobre este em relação àquela que se faz de Getúlio Vargas. De igual modo, é visto na comunidade são-borjense uma disposição maior em difundir a memória *getulista* do que a de Jango. Não podemos, neste caso, desconsiderar a presença do ideário e

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/12/18/mandato-de-jango-e-devolvido-simbolicamente-pelo-congresso-nacional>, acesso em 05 fev. 2023.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/12/18/mandato-de-jango-e-devolvido-simbolicamente-pelo-congresso-nacional>, acesso em 23 abr. 2023.

discurso anticomunista – cuja força tem se acentuado nos últimos anos.

Getúlio, por sua vez, em decorrência das realizações sociais empreendidas durante seus dezoito anos de governo – e que lhe conferiram a alcunha de “Pai dos Pobres, mesmo com o *esquecimento* dos atos ditatoriais – é mais exaltado, o que é fato inegável. Soma-se, ainda, o desfecho trágico – e visto por muitos como heroico – de sua vida: um suicídio que teria sido cometido aludindo ao bem do povo e do Brasil, considerado quase que um martírio voluntário. Jango, embora estivesse nas mesmas fileiras partidárias que seu mentor, ou seja, o próprio Vargas, talvez pelo fato de ter sido deposto e acusado de compactuar e defender ideias comunistas, acabou sofrendo com discursos desabonadores, o que inferiorizam sua trajetória em detrimento aos feitos *varguistas*.

Esses elementos, mesmo que possam soar despercebidos em um primeiro momento, são descortinados em uma análise mais profunda. Tanto em medidas adotadas governamentalmente, dependendo do grupo político-partidário vigente no poder, quanto no imaginário e discurso popular. Especialmente com o crescente conservadorismo – que sempre esteve presente, mas agora se tornou mais intensa sua visibilidade – na sociedade brasileira e o avanço do discurso marginalizante contra o espectro sociopolítico de esquerda. Deste modo, ao termos consciência que a memória e as políticas patrimoniais são passivas de instrumentalização, o cenário de São Borja, terra da qual se originaram dois famosos ex-presidentes do Brasil, é um *laboratório* fértil para se analisar como ocorrem essas disputas e construções. E cabe aos estudos historiográficos, a partir do rigor teórico e metodológico que lhes devem estar vinculados, compreender e examinar criticamente os usos que se fazem do patrimônio e na memória em nossa

sociedade – tanto no passando quanto no tempo presente.

### Referências

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.
- FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Aurélio. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986.
- FUNARI, Pedro. P.; PELEGRINI, Sandra. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GONÇALVES, José R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- JOSEPH, Brian; JANDA, Richard. **The Handbook of Historical Linguistics**. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2008.
- LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. **Enciclopédia Einaudi**: volume 1 – Memória e História. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.
- LEMOES, Carlos. A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- NETO, Lira. **Getúlio**: Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NETO, Lira. **Getúlio**: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETO, Lira. **Getúlio**: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.

NORA, Pierre. Conclusions des Entretiens. In: NORA, Pierre. **Science et conscience du patrimoine**. Paris: Fayard, 1997.

PINTO, Muriel; NOGUEIRA, Carmen Regina Dornelles. Contextualização do patrimônio histórico-cultural do município de São Borja/RS. **Revista Ciências Humanas**. Frederico Westphalen, v.8, n.10, jun. 2007.

POULOT, Dominique. **Musée, nation, patrimoine**. Paris: Gallimard, 1997.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. **Revista Ubimuseum**, v. 1, p. 45-52, 2012.

SIBONY, Daniel. Le patrimoine. Un lieu d'être autrement In: LE GOFF, Jacques. **Patrimoine et passions identitaires**. Paris: Fayard, 1998.

Recebido em 2022-11-11-  
Publicado em 2023-10-20